

PMDB define seu candidato na terça. Simon é lançado por grupo de senadores

Raupp diz que consenso na bancada facilita negociação com outros partidos e líder do governo defende candidatura de Sarney. **Página 5**

Primeiro turno da CPMF fica para terça

Depois de protestar, oposição concordou com apelo do líder do governo, Romero Jucá, para que a proposta não fosse votada ontem. Alvaro Dias e José Agripino afirmam que Planalto pretende ganhar tempo para conquistar no fim de semana os votos que ainda não tem para aprovar a prorrogação. Tião Viana admite que Executivo trabalha contra o tempo, mas há condições de se fazer a votação em dois turnos neste ano legislativo. **Página 4**

Congresso aprova plano de R\$ 3,5 tri para quatro anos

Educação, obras estruturais, saneamento e habitação são as prioridades de um gigantesco plano aprovado ontem pelo Congresso. É o Plano Plurianual (PPA), que reúne as metas e diretrizes do governo federal para o período de 2008 a 2011. A proposição acolhida dá ênfase aos investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e tem uma cifra astronômica: R\$ 3,5 trilhões. **Página 3**



Alvaro Dias (E), Virgílio, Jucá e Agripino conversam no Plenário: governo ainda tenta reabrir entendimento com a oposição

Leopoldo Silva

Virgílio rejeita crítica de Lula

Líder do PSDB condena declaração do presidente de que falta juízo aos senadores contrários à CPMF. **Página 4**

Mercadante quer negociação

Senador do PT diz que acordo é possível e acena com saída negociada que envolva a redução da alíquota. **Página 4**

Escola técnica pode reservar vaga à rede pública

Estudantes da rede pública podem ter direito à metade das vagas em instituições federais de educação profissional e tecnológica. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e deve ser examinada agora pela Comissão de Educação. Segundo a autora do projeto, Ideli Salvatti, o ensino técnico e profissionalizante é o principal instrumento de mobilidade social. **Página 8**

Gerardo Magela



Tuma (D) e Roseana na sessão presidida por Nárício Rodrigues



José Cruz

A CAS discute o projeto: ensino como instrumento de mobilidade social

Os partidos de oposição acreditam que "ato monocrático" de Quintanilha não tem amparo nas normas do Conselho de Ética nem no Regimento Interno do Senado

DEM e PSDB apresentam recurso contra decisão de Quintanilha

O arquivamento do quinto processo contra o ex-presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) por ato isolado do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), está sendo contestado formalmente pelo DEM e o PSDB, autores da representação que deu início ao processo. Os dois partidos entraram nessa ontem com recurso no próprio conselho pedindo a Quintanilha que reveja sua decisão ou submeta o caso ao colegiado.

A representação pede que seja investigada a denúncia de que Francisco Escórcio, ex-assessor de Renan, tentou espionar os senadores por Goiás Marconi Perillo (PSDB) e Demostenes Torres (DEM), com o objetivo de forçá-los a desistir da

luta pela cassação do senador alagoano. Marconi já solicitou o aditamento à representação de uma nova tentativa de espionagem, feita supostamente com a

ajuda de um integrante da Polícia do Senado.

"A medida, tomada sem a anuência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, configura-se arbitrária e, portanto, ilegal e fere a Constituição e a Resolução 20, de 1993, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar", diz o texto do recurso, que não menciona outra representação arquivada por Quintanilha, a de nº 4, que trata de uma suposta participação de Renan em esquema de arrecadação de fundos em ministérios controlados pelo PMDB. Essa última teve seu arquivamento pedido pelo relator Almeida Lima (PMDB-SE).

No entender dos dois partidos, o "ato monocrático" de Quintanilha não ter amparo nas normas do conselho nem no Regimento Interno.

Detetive desmente informação de revista

O detetive Edilmar Lima, de Brasília, afirmou, em depoimento na Secretaria de Polícia do Senado, que nunca foi procurado por pessoa que tenha se apresentado como "policial do Senado" ou que tenha qualquer ligação com a polícia legislativa. Segundo matéria da revista *Veja* desta semana, o detetive teria sido acionado pela Polícia do Senado para levantar informações financeiras do senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

A Polícia do Senado tomou o depoimento do detetive depois de instaurar inquérito determinado pelo presidente, Tião Viana.

Edilmar Lima teve acesso às fotos de todos os agentes lotados na unidade.

Euclides Mello propõe abater IPTU, IPVA e ISS no Imposto de Renda

O senador Euclides Mello (PRB-AL) voltou a propor, ontem, que os contribuintes possam abater na declaração anual do Imposto de Renda os valores pagos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), como uma forma de se ressarcirem do que

chamou de "bitributação".

A idéia do abatimento já havia sido apresentada pelo parlamentar em 29 de novembro, por meio do Projeto de Lei 681/07, que acrescenta dispositivo à Lei 9.250/95, com o intuito de autorizar a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda das despesas do contribuinte – pessoa física – com impostos estaduais e municipais.



Euclides Mello quer fim da "bitributação" no pagamento do IR com outros impostos

De acordo com o parlamentar, a proposta deve ser entendida no contexto da reforma tributária.



Senadores Tião Viana e Valdir Raupp ao lado dos ministros Aguiar e Walton Alencar (D)

Senado e TCU assinam convênio de cooperação na área de comunicação

O Senado Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) assinaram ontem acordo de cooperação técnica que tem por objetivo promover o intercâmbio de informações e o desenvolvimento conjunto de ações nas áreas de comunicação social e tecnologia da informação.

Com o acordo, segundo o presidente do Senado, Tião Viana, os

órgãos de comunicação da Casa se comprometem a reservar espaços para a programação do TCU e ainda anunciar, por meio da veiculação de chamadas televisivas, os conteúdos de responsabilidade do tribunal.

Tião Viana explicou ainda que Senado e TCU terão a partir de agora *links* compartilhados em suas páginas na internet.

Mário Couto exalta centro infantil de Belém

Mário Couto (PSDB-PA) agradeceu os senadores do PT que apoiaram, no Congresso, a construção do Centro Ambulatorial de Reabilitação Infantil Sarah Belém. A obra foi inaugurada ontem pelo presidente Lula.

– Eu e Flexa Ribeiro [PSDB]

fazemos oposição declarada ao governo federal e ao do Pará. Mas não fazemos política com ódio – afirmou, ao justificar os agradecimentos.

Flexa Ribeiro também exaltou os que ajudaram a dar vida ao centro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

A sessão de hoje, às 9h, é não-deliberativa. Sem votações, é destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa. Estão inscritos como oradores, entre outros, Romeu Tuma, Valter Pereira e Aloizio Mercadante.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Kátia Abreu, Delcídio Amaral, Paulo Duque, Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Jayme Campos e Cícero Lucena

Melhoria da educação básica, garantia de acesso das escolas à internet e elevação de salário do magistério estão entre as principais metas do setor educacional

Márcia Kallme



Presidida pelo senador José Maranhão (D), CMO aprova três relatórios setoriais

Parte de recursos da Saúde depende da regulamentação da Emenda 29

O relatório sobre a área de Saúde na proposta da lei orçamentária para 2008, apresentado pelo deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), foi aprovado na tarde de ontem pela Comissão Mista de Orçamento. Apesar de o relatório ter sido acolhido, ainda faltam R\$ 6,3 bilhões para que a conta seja definitivamente fechada, pois uma parte do dinheiro depende do projeto de lei complementar que regulamenta a chamada Emenda 29, o qual se encontra em exame no Senado.

O parecer prevê que a Saúde contará, em 2008, com R\$ 51,8 bilhões. Para chegar a esse valor, no entanto, o Senado precisa aprovar a regulamentação da emenda (PLC 89/07), visando destinar mais R\$ 4 bilhões ao setor.

Além disso, o relator argumenta que faltam outros R\$ 2 bilhões de um reajuste prometido para as tabelas do Sistema Único de Saúde (SUS). Há ainda necessidade de R\$ 1,3 bilhão proveniente de um novo cálculo do crescimento do produto interno bruto (PIB), pois o dinheiro para o setor acompanha o crescimento da economia. Esse valor referente ao PIB, no entanto, baixa para R\$ 300 milhões, pois os deputados e senadores destinaram verbas de emendas à Saúde em valor próximo de R\$ 1 bilhão.

Rafael Guerra, no entanto, disse acreditar que o dinheiro que falta chegará “sem problemas” ao Ministério da Saúde, pois há compromisso do governo em aprovar a regulamentação da Emenda 29 e ela foi até mesmo incorporada ao chamado PAC da Saúde, lançado nesta semana pelo presidente da República. O relator setorial confia ainda em que o relator-geral do Orçamento destine mais dinheiro ao setor, proveniente de

reestimativas de receitas feitas pelo Congresso.

Planejamento

A CMO concluiu ontem a votação de mais dois relatórios setoriais do projeto orçamentário da União para 2008, ao apreciar os destaques às propostas para as áreas de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, que tiveram os textos básicos aprovados na noite de quarta-feira.

O orçamento da área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano havia sido encaminhado ao Congresso com dotação global de R\$ 16,9 bilhões, sendo R\$ 11,5 bilhões para o Ministério do Planejamento e R\$ 5,4 bilhões para a pasta das Cidades. Depois das alterações acatadas, mais R\$ 1,55 bilhão foi injetado.

Como o valor dos pleitos para as duas pastas foi ainda maior, envolvendo R\$ 2,34 bilhões para um total de 1.336 emendas, o relator setorial, senador Jayme Campos (DEM-MT), lançou mão da possibilidade de remanejar recursos já alocados para outras despesas nas duas pastas.

Agricultura

Para as pastas da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, a dotação global fixada na proposta orçamentária do Executivo é de R\$ 10,3 bilhões. O relator da área, deputado Carlos Melles (DEM-MG), aceitou para as duas pastas 658 emendas, para as quais foram destinados R\$ 642,7 milhões. Caso contasse com recursos para atender integralmente aos valores solicitados, Melles precisaria de R\$ 2,5 bilhões. A Agricultura foi a principal beneficiária das propostas, com um total de R\$ 535 emendas, representativas de despesas da ordem de R\$ 485 milhões.

Congresso aprova o PPA, que dá ênfase ao plano de crescimento

O Congresso Nacional aprovou ontem, na forma de substitutivo, o Plano Plurianual (PPA) do governo federal para o quadriênio 2008/2011. A proposta prevê recursos da ordem de R\$ 3,5 trilhões para financiar as metas e diretrizes do Executivo nos próximos quatro anos. Conforme destacou o relator, deputado Vignatti (PT-SC), a matéria foi aprovada graças a acordo entre os líderes. O relatório havia sido acolhido por unanimidade pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) no dia 29.

O substitutivo elevou em R\$ 42 bilhões a estimativa de receitas apresentada pelo governo. O relator destinou metade desses recursos para emendas de bancada e a outra metade foi dividida, em partes iguais, entre emendas de comissões e individuais. Do total, R\$ 9,481 bilhões deverão ser usados já em 2008. Vignatti acatou os destaques para apreciação em separado apresentados durante as votações. Com isso, todos os destaques foram aprovados.

A proposta volta à CMO para elaboração da redação final. Depois, seguirá para sanção do presidente da República.

Crescimento

De acordo com o deputado, a proposição dá destaque aos in-



O vice-presidente da Câmara, deputado Nárccio Rodrigues (C), dirige reunião do Congresso

vestimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo enfatizou, os recursos se destinam principalmente à educação e obras estruturais, programas de habitação e saneamento, além de definir as políticas de salário mínimo e de correção da tabela do Imposto de Renda para os próximos três anos.

– Os recursos prevêem um aumento nos investimentos em educação de até 1% do produto interno bruto – destacou.

Ensino

As verbas para a educação contemplam especialmente o Fundo da Educação Básica; o Plano de Desenvolvimento da Educação, que pretende elevar salários do

setor e prover as escolas com internet; e ainda iniciativas como a expansão do ensino tecnológico universitário e o financiamento de 400 mil bolsas de estudo para estudantes de graduação.

Durante a tramitação na CMO, foram oferecidas 4.209 emendas. Dos 503 pedidos de destaque para votação em separado apresentados pelos membros da comissão, foram acatados sete de modo integral e 211 de forma parcial. Os 285 restantes terminaram rejeitados. No relatório, Vignatti criou três programas não previstos no projeto do governo: dois na área de infra-estrutura urbana e um para aquisição de alimentos produzidos na agricultura familiar.

Vários órgãos do Executivo terão reforço de verba

Quatro projetos destinando créditos suplementares a diversos órgãos e um que altera a destinação de verbas para o Plano Piloto de Investimento (PPI) foram acolhidos ontem pelo Congresso.

Com a aprovação dos PLNs 37, 41, 58, 59, todos de 2007, são garantidos mais R\$ 5,79 bilhões para o Ministério da Defesa; R\$ 195,65 milhões para as pastas da Cultura, da Defesa e da Previdência; R\$ 464,45 milhões para a Presidência da República, ministérios da Fazenda, da Previdência, da Defesa e transferências a estados e ao DF. O último projeto destina R\$ 26,67 milhões para a Seguridade Social e a Educação.

Heráclito quer melhor distribuição de recursos para a região Nordeste

Na sessão conjunta realizada ontem pelo Congresso Nacional, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) propôs para a próxima terça-feira reunião do grupo de trabalho que analisa a implantação da Resolução 1/06 do Congresso, que modificou as normas de elaboração do Orçamento Geral da União, em especial a formulação de emendas parlamentares. Heráclito é o presidente do grupo de trabalho, que tem como relator o deputado João Leão (PP-BA).

Na presidência da sessão, o deputado Nárccio Rodrigues (PSDB-MG) acolheu a proposta. Heráclito destacou a importância de se ter uma melhor compreensão sobre as necessidades da região Nordeste, “que não pode ficar à mercê das grandes obras e das empreiteiras”. Conforme



Heráclito propõe reunião de grupo que analisa implantação das novas regras

observou, é necessário discutir “de maneira clara” os recursos propostos para beneficiar a população nordestina.

– É preciso acabar com essa história de defesa das “rachadinhas” – ressaltou o senador pelo Piauí, referindo-se às emendas de bancada que têm enunciado genérico.

Gerardo Mangela

Roosevelt Pinheiro

Oposição acata proposta do líder do governo de transferir votação de PEC para a próxima semana, mas diz temer que sejam feitas negociações no fim de semana

Márcio Kolumbe



Mercadante cita declarações de tucanos a favor da CPMF

Mercadante tenta reabrir negociações

Para tentar viabilizar a reabertura das negociações sobre a proposta que prorroga a cobrança da CPMF, Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a tese de que a renovação da contribuição é imprescindível para o país. Disse ainda que o excesso de arrecadação registrado este ano não deve se repetir nos próximos, em virtude de mudanças na situação econômica mundial.

Mercadante utilizou declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e dos governadores do PSDB Aécio Neves (MG), Cássio Cunha Lima (PB), Yeda Crusius (RS) e José Serra (SP), buscando demonstrar a importância da CPMF. Ele concordou com a possibilidade de uma saída negociada envolvendo uma diminuição da alíquota da contribuição, citando Fernando Henrique: “Poderíamos ter uma alternativa racional para esse problema: poderíamos ter uma redução progressiva da CPMF, mas essa possibilidade foi rejeitada”.

O senador afirmou que não fez as citações com o objetivo de pressionar a bancada de senadores tucanos, mas “utilizar os argumentos por sua própria pertinência e relevância”.

Apartes

Em apartes, Tasso Jereissati (PSDB-CE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Heráclito Fortes (DEM-PI), Mário Couto (PSDB-PA), Arthur Virgílio e João Pedro (PT-AM) elogiaram a forma equilibrada com que Mercadante defendeu a reabertura da negociação em torno da CPMF.

Votação da CPMF é remarçada para a próxima terça-feira

Um acordo firmado entre os líderes partidários transferiu para a próxima terça-feira a votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga até 2011 a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), fez um apelo para que a votação da matéria (PEC 89/07) não ocorresse ontem, em virtude de não estarem em Plenário todos os 81 senadores – naquele momento havia em torno de 70.

Senadores da oposição concordaram em votar a PEC na data proposta por Jucá. Alvaro Dias (PSDB-PR), falando em nome de seu partido, cobrou uma explicação pela ausência de senadores da base governista em Plenário e manifestou seu “temor de



Alvaro (E), Virgílio, Jucá e Agripino fecham acordo que adiou votação

que o Executivo utilize o fim de semana para fechar acordos espúrios” na tentativa de obter os votos que faltam para a aprovação da CPMF.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), considerou também que a decisão do governo de não votar ontem a matéria teria sido motivada

pelo fato de saber que “ainda não tinha garantidos os 49 votos necessários para a vitória em Plenário”.

– O governo tem interesse em votar este ano a matéria. Porém, o governo é que tem de arranjar os votos e não os arranjou. Espero que este fim de semana não seja negro – afirmou Agripino.

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), assinalou que a PEC pode ser aprovada até o dia 14 sem que haja problemas para sua promulgação ainda este ano.

– Há condições de se cumprir, no prazo do exercício legislativo, a votação da CPMF – frisou.

Viana observou, no entanto, que “o governo trabalha contra o tempo, e o tempo demorado é favorável à oposição, neste momento”.

Frente Parlamentar da Saúde tem proposta para contribuição

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu membros da Frente Parlamentar da Saúde, presidida pelo deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) – acompanhados do representante do Ministério da Saúde Elias Jorge –, que lhe apresentaram sugestão para tentar garantir os votos necessários à aprovação da CPMF.

Perondi explicou que a idéia é do ex-ministro da Saúde Adib Jatene e consiste em destinar a quase totalidade dos recursos da CPMF, excetuados os destinados ao Fundo da Pobreza, para os serviços públicos de saúde.

– Se eu fosse o presidente da República, iria neste caminho. Não dá para perder os quarenta bilhões de reais de receita da CPMF. E essa idéia será capaz de atrair alguns senadores para



Elias Jorge, Darcísio Perondi, Tião Viana e os deputados Jô Moraes, Vanessa Grazziotin e Pepe Vargas

aprovar a matéria – disse.

Segundo o deputado, a alteração viria só em 2008, e poderia ser aprovada no bojo do PLS Complementar 121/07, que visa regulamentar a Emenda 29. Sobre os e-mails que os

senadores têm recebido com manifestações contrárias à CPMF, Perondi disse que eles não refletem a opinião da população, e sim do “capital”, pois “os pacientes do SUS [Sistema Único de Saúde] não têm computador”.

Extinção também beneficiará os pobres, diz Kátia Abreu

O argumento utilizado pelo presidente Lula para defender a prorrogação da CPMF, segundo o qual o fim da cobrança do tributo beneficiaria preponderantemente a parcela rica da população brasileira, foi rejeitado por Kátia Abreu (DEM-TO).

De acordo com a senadora, quando parlamentares da oposição trabalham contra a CPMF, estão na verdade protegendo os trabalhadores e a classe média da arrecadação indireta abusiva sobre o consumo de produtos básicos como alimentos, roupas e medicamentos.

– O presidente está desesperado por

entender que o Senado vai fazer a vontade do povo. Apesar das ameaças, vamos nos manter firmes e continuar lutando pela diminuição da carga tributária – disse.

Em seu pronunciamento, Kátia Abreu criticou ainda a política fiscal adotada pelo governo Lula. Na avaliação da senadora, a atual conjuntura econômica do país é marcada pela oposição entre a política



Kátia Abreu

monetária austera, implementada pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e a política fiscal expansionista, sob responsabilidade do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Segundo Kátia Abreu, a paralisação da queda da taxa de juros básica, a Selic, ocorrida nos últimos meses, seria devida aos gastos excessivos do governo federal.

Virgílio: “Lula não tem apreço pela opinião alheia”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) condenou declarações do presidente Lula que, em viagem a Belém, disse que “falta juízo” aos senadores contrários à prorrogação da CPMF.

– As declarações impen-sadas e pouco ajuizadas de Lula revelam uma intenção jocosa e despreço pela opinião alheia. Lula me desagrada profundamente quando, insatisfeito com o DEM, procura estigmatizar o partido. Aí, poupa o PSDB, esperançoso de que possa haver uma rodada de negociação com os tucanos. Desiludido com o PSDB, volta à carga e generaliza – analisou.

Atuação independente

Virgílio defendeu a atuação independente dos senadores, e disse que a economia do país apresenta atualmente excesso de arrecadação.

O líder do PSDB lembrou a atuação de Lula e lideranças sindicais quando faziam oposição ao governo Fernando Henrique.

– O uso do cachimbo faz a boca torta. E a boca cívica do presidente está entortando. Lula não teve capacidade de se autocriticar e se autodenominar também um sem-juízo quando, em momento de penúria da economia internacional, durante o governo passado, ele fazia muito mais do que a luta parlamentar. Ele erguia barricadas nas ruas – disse.

O senador também afirmou que o país “não vai acabar” se a proposta de prorrogação da cobrança da CPMF for rejeitada no Senado. “Já aconteceu antes de o Brasil ficar sem CPMF. E o Brasil não acabou, não acabaria e não acabará se o presidente Lula tiver que lidar com essa realidade”, concluiu.

Virgílio leu em Plenário, nota assinada pelo presidente da Associação Paulista de Medicina, Jorge Carlos Machado Curí, dizendo que a CPMF teve sua finalidade desviada e apoiando o fim da contribuição.



Osmar Dias também comenta bloqueio de receitas do estado

Osmar cobra solução para hospital do PR

Osmar Dias voltou a lamentar a falta de solução pelo governo federal para o “problema tão simples” por que passa o Hospital de Clínicas de Curitiba. Segundo informou, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, assumiu o compromisso de que, se aprovada a CPMF, o hospital terá os recursos para sair da crise.

O senador comentou ainda o caso do bloqueio das receitas do governo estadual. Observou que, com exceção dos recursos para as áreas social e da educação, o bloqueio vem desde a época da privatização do banco do estado.



Paim, juntamente com Simon e Zambiasi, reuniu-se com Lula

Paim quer pacto para tirar RS da crise financeira

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que na quarta-feira, juntamente com os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), reuniu-se com o presidente Lula e três ministros com objetivo de buscar solução para a crise financeira do Rio Grande do Sul.

Segundo Paim, o presidente da República afirmou seu desejo de contribuir para que haja um grande pacto de todos os gaúchos no sentido de sanar as dificuldades enfrentadas pelo estado.

Partido tem hoje quatro candidatos; Raupp afirma que Sarney resiste; Jucá diz que ex-presidente da Casa tem recebido apelos para mudar de idéia; Cristovam e Suplicy defendem nome de Simon

PMDB reúne-se terça para escolher candidato à Presidência do Senado

O PMDB reúne-se na terça-feira, às 9h, com o objetivo de decidir qual será o nome indicado pela bancada para suceder Renan Calheiros na Presidência do Senado. Segundo o líder do partido, Valdir Raupp (RO), há, atualmente, quatro candidaturas: Garibaldi Alves Filho (RN), Valter Pereira (MS), Leomar Quintanilha (TO) e Neuto de Conto (SC).

– As candidaturas ainda não estão fechadas. Pode ser que até terça surjam outros nomes. O importante é que seja um candidato de consenso dentro da bancada. Se assim for, haverá uma facilidade maior para se atingir o consenso fora da bancada também – declarou Raupp, em entrevista.

Questionado sobre a possibilidade de um acordo em torno do nome do senador José Sarney (AP) para o cargo, Valdir Raupp informou que o parlamentar pelo Amapá já lhe disse que não será candidato, mas caso “haja coalizão em torno do nome dele, assim como de um outro senador,

pode haver uma mudança”.

Já o líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR), tem defendido abertamente a indicação de Sarney, que já presidiu o Senado por duas vezes. Em entrevista, Jucá afirmou que, apesar de reiterar que não é candidato, Sarney tem recebido vários apelos para que mude de idéia.

Com relação à indicação do senador do Amapá, o líder do DEM, José Agripino (RN), embora não tenha declarado apoio formal à candidatura, disse à imprensa que se trata de um nome de maior consenso em relação aos outros quatro candidatos à vaga.

– Sarney, dentro do Senado, é parte histórica do Brasil. Se o PMDB decidir pelo nome dele, eu o levarei à consideração da bancada do Democratas. O DEM nunca se manifestou contra José Sarney.

CPMF

Quanto à votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Mo-

vimentação Financeira (CPMF) até dezembro de 2011, Raupp assinalou que ainda há espaço para negociação, principalmente por meio de uma redução gradual da alíquota, que hoje é de 0,38% sobre qualquer movimentação bancária.

– Qualquer proposta poderá ser aceita dentro de um consenso. O país já tem condições suficientes, hoje, de reduzir a CPMF. O que não podemos é tirar 40 bilhões de reais de uma tirada só – argumentou o líder do PMDB.

Sobre as reivindicações para se destinar parcela maior da contribuição à saúde, Valdir Raupp observou que, em se tratando de uma área tão importante para o país, “todo dinheiro destinado é pouco”, mas é preciso também prever mais recursos para a saúde por meio do Orçamento da União, acrescentou.

– Quando a CPMF foi criada, o objetivo era que cem por cento dos recursos fossem dirigidos para a saúde – lembrou o parlamentar.

Cristovam continua busca de apoio ao nome de Simon

Logo depois de o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ter informado, da tribuna, que a coleta de assinaturas em apoio à candidatura de Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência do Senado havia sido suspensa, Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou à imprensa que continua em busca de apoiadores para a idéia. Suplicy e Cristovam foram os responsáveis pelo lançamento, ontem, do nome de Pedro Simon para a disputa. No início da noite, o abaixo-assinado contava com 27 assinaturas de senadores de todos os partidos.

– Esse documento é um apelo ao

PMDB para que traga um nome que seja independente e que ajude a resgatar a credibilidade do Senado. Se tivermos um presidente que signifique a continuação do período Renan Calheiros e da subserviência ao Executivo, a instituição estará acabada – disse Cristovam. Ele informou, no entanto, que a condição para Pedro Simon disputar a Presidência seria o apoio de sua bancada.

Mais cedo, também em entrevista à imprensa, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o partido via “com respeito” o lançamento da candidatura de Simon. “Na hora

própria, vamos reunir a bancada para decidir se iremos apoiar a candidatura ou se vamos lançar um nome próprio”, salientou.

Virgílio destacou que o PSDB também tem nomes que poderiam conferir ao Congresso Nacional uma “face limpa e nova”, que fizesse um contraponto ao que ele classificou de “práticas oligárquicas”.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), em entrevista, criticou Eduardo Suplicy por ter lançado, em Plenário, o nome de Pedro Simon. “Ele foi inoportuno e até mal-educado. Ele que cuide de seu partido”, disse.

Suplicy defende a indicação de senador gaúcho

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem a candidatura de Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência do Senado. Ele disse acreditar que o senador gaúcho poderá contribuir para a recuperação da imagem da instituição. O novo presidente deverá ser escolhido na quarta-feira.

Suplicy contou que desistiu do abaixo-assinado em defesa da indicação de Simon depois de apelos da



Eduardo Suplicy suspende a coleta de assinatura, a pedido de Ideli e Roseana

líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), e da líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA). Elas temiam que o documento pudesse causar

um constrangimento ao partido, explicou Suplicy, que resolveu, então, fazer a defesa oral da candidatura. Em aparte, Wellington Salgado (PMDB-MG) afirmou que a lista dos candidatos do partido à Presidência da Casa ainda está aberta.

Suplicy também expressou solidariedade ao bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que voltou a entrar em greve de fome contra o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. “Faço um apelo ao presidente Lula no sentido de que possa ouvir com respeito as palavras de dom Luiz Cappio”, disse o parlamentar.



Paulo Duque: Palácio Gustavo Capanema está se deteriorando

Duque propõe doação de prédio do MEC ao Rio

Paulo Duque (PMDB-RJ) anunciou a apresentação de projeto em que propõe a doação, ao governo do estado do Rio de Janeiro, do Palácio Gustavo Capanema, prédio pertencente ao Ministério da Educação. Segundo o senador, o prédio abriga várias obras de arte importantes e se encontra abandonado e em processo de deterioração.

Duque lembrou que o edifício foi projetado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, que no comando de um grupo de jovens arquitetos o transformaram em um marco da arquitetura moderna brasileira.



Raimundo Colombo: bispo de Barra é homem de idealismo

Raimundo Colombo se solidariza com dom Luiz Cappio

Ao comentar a nova greve de fome iniciada pelo bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, o senador Raimundo Colombo (DEM-SC) solidarizou-se com o religioso. Mesmo declarando-se pouco conhecedor dos aspectos técnicos do projeto de transposição do rio São Francisco, ele exigiu respeito à posição assumida pelo bispo.

– Esse homem é um exemplo de vida, de determinação e de idealismo. Greve de fome não é para covarde, é para quem tem coragem – observou o senador.

Importância da escolha de diplomatas para postos no exterior é ressaltada por senadores, que criticam indicações de pessoas estranhas à carreira

Comissão aprova tratado com a Rússia e novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem três mensagens do Executivo com indicações para o cargo de embaixador do Brasil. A primeira das proposições indica José Artur Denot Medeiros, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. A segunda apontou a ministra de segunda classe Ana Maria Sampaio Fernandes para o cargo de embaixadora no Quênia e, cumulativamente, junto às repúblicas do Burundi, Djibuti, Ruanda e Uganda. Já a terceira indicou o ministro de primeira classe Gilberto Vergne Sabóia para o cargo de embaixador junto à República da Hungria.

As três mensagens, acolhidas por unanimidade, foram enviadas à Mesa do Senado para inclusão na pauta de votações em Plenário.



Denot Medeiros (E), Ana Maria, Heráclito, presidente da CRE, Azeredo e Gilberto Sabóia

O relator da indicação de Ana Maria Fernandes, senador Romeu Tuma (PTB-SP), exaltou a experiência dos diplomatas de carreira no exercício do cargo de embaixador do Brasil em países amigos e criticou a escolha de pessoas estranhas à carreira, tais como militares e economistas, para o exercício desse cargo.

O presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), também manifestou sua posição contrária à

indicação de estranhos à carreira de diplomata para exercer cargos de embaixador e aplaudiu a decisão recorrente do governo Lula de escolher diplomatas de carreira como seus embaixadores.

A CRE aprovou, também, a convenção assinada entre Brasil e Rússia para impedir a evasão de divisas e a bitributação e o projeto de lei que trata da reorganização da Polícia Civil do Distrito Federal (PLC 26/07).

Casagrande prevê ingresso da Venezuela no Mercosul

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), o resultado do referendo sobre a proposta de reforma constitucional, realizado no último domingo na Venezuela, aumenta as chances de ingresso do país no Mercosul. As propostas de mudanças apresentadas pelo presidente Hugo Chávez, que afetavam 69 dos 350 artigos da Constituição, foram rejeitadas pela população. A mais controversa delas sugeria o fim do limite no número de vezes que o presidente poderia ser reeleito.

– Por sua importância na pro-



Casagrande: resultado do referendo de domingo aumenta chances do país vizinho

dução mundial do petróleo, pelo estilo ousado do presidente Chávez, a Venezuela conquistou voz

no cenário político internacional. Procurou fazer um contraponto à visão colonialista de grandes nações, que impediu o desenvolvimento e a soberania dos países da América Latina. Para construir um Mercosul forte, é importante garantir o ingresso do país no bloco – defendeu o senador.

Casagrande disse que, vigiado por uma oposição mais atenta, Hugo Chávez poderá reivindicar no plano regional o papel de protagonista no enfrentamento das desigualdades, mas, agora, ciente de que não é o único protagonista.

Lúcia Vânia lamenta má posição do país no ranking da educação

Não se pode pensar em um projeto de desenvolvimento para o país sem pensar em um projeto de educação que envolva todos os níveis, da pré-escola à universidade. A opinião é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que lamentou os números divulgados esta semana sobre o desempenho dos estudantes brasileiros no



Lúcia Vânia aponta descaso com os ensinos fundamental e médio

ranking mundial de educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em uma lista de 57 países, os estudantes brasileiros ocuparam

as últimas posições em Matemática, Ciências e leitura.

– De que adiantou o presidente lançar programas e garantir orçamento para a inclusão de estudantes nas universidades, se os ensinos fundamental e médio foram relegados a segundo, terceiro plano, até sucumbir a esses números? – questionou.

A senadora informou que 20% do total de alunos fora da escola na América Latina são brasileiros e que no país existem 15 milhões de analfabetos e o índice de repetição escolar chega a 27%.

São Luís completa dez anos como Patrimônio Histórico da Humanidade

O Senado realizou, na manhã de ontem, sessão especial em homenagem ao décimo aniversário da escolha de São Luís do Maranhão à condição de Patrimônio Histórico da Humanidade. A comemoração foi proposta pela senadora Roseana Sarney (PMDB-MA). Quando governadora do Maranhão, a senadora também foi a autora do projeto que propôs a concessão do título à cidade, aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

No Brasil, além de São Luís, apenas Olinda, Salvador, Ouro Preto (MG), Cidade de Goiás (GO) e Brasília detêm o título. Em outros países, cidades como Atenas, Roma, Florença, Veneza e Paris também são consideradas Patrimônio Histórico da Humanidade, entre poucas outras, conforme lembrou a senadora em seu discurso na sessão.

O senador Edison Lobão (PMDB-MA) lembrou que o Maranhão foi um dos estados mais importantes do Império, do

ponto de vista econômico e político. O Maranhão, disse, chegou a emprestar dinheiro ao estado de São Paulo, que, observou, até hoje não pagou sua dívida.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou as relações econômicas e culturais entre o seu estado e o vizinho Maranhão. O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou, em aparte, que 45% dos habitantes de Roraima nasceram no Maranhão. Por sua vez, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou a influência cultural e política do Maranhão sobre Roraima e todo o Brasil.

O senador José Sarney (PMDB-AP), também ex-governador do Maranhão, agradeceu aos senadores que ocuparam a tribuna para homenagear São Luís.

– São Luís é o maior conjunto colonial do mundo português e lá foi deixado o mais extenso conjunto que o homem preservou – disse o senador, ao lembrar ainda o papel dos franceses e dos holandeses na história da capital maranhense.



Sessão em homenagem à cidade de São Luís foi requerida pela senadora Roseana Sarney

Título da cidade atrai turistas para o país, resalta Tião Viana

Ao discursar na sessão especial de comemoração da passagem de dez anos desde que São Luís adquiriu o título de Cidade Patrimônio Histórico da Humanidade, o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), expressou seu desejo de que esse exemplo sirva para outros administradores públicos.

– Essa é uma forma de o país ser valorizado também no exterior, atraindo o interesse de turistas, fonte significativa de renda para os lugares visitados – observou.

Tião Viana manifestou o desejo de que o patrimônio construído com a contribuição do povo brasileiro seja conservado para as fu-

turas gerações em todos os locais que dispuserem de importância cultural e histórica. O senador disse que o Brasil tem um valioso patrimônio de que se orgulhar, sendo um deles a cidade de São Luís, por seu valor histórico, cultural, político e por sua população.

Nomes

Ao celebrar a cidade que até o século 19 era a terceira maior metrópole brasileira, o presidente do Senado mencionou os grandes nomes da intelectualidade maranhense e os que, mais recentemente, têm participado ativamente da vida política brasileira, como os senadores José Sarney, Roseana Sarney e Edison Lobão, todos do PMDB.



José Cruz

Silvestrin (E), Marcos Jank, João Tenório, Neuto de Conto e Tolmasquim em audiência

Bagaço de cana-de-açúcar poderá ser usado na produção de energia

A geração de energia elétrica a partir do bagaço e da palha da cana-de-açúcar foi defendida ontem em audiência na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Os participantes do evento destacaram a importância dessa forma de bioeletricidade – que aproveitaria os restos da matéria-prima utilizada na produção de açúcar ou álcool – para a segurança energética do país. Eles apontaram, entre as vantagens desse tipo de energia, a proximidade entre os locais de produção de derivados da cana e os centros de consumo, em contraste com a distância entre esses mesmos centros e as hidrelétricas.

Segundo o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Sawaya Jank,

“perdemos atualmente dois terços da energia dessa planta ao queimar a palha e as pontas da cana em um processo medieval e ao usar o bagaço em caldeiras de baixa pressão, o que serve apenas para gerar energia para as próprias usinas”.

Competitividade

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia), Maurício Tolmasquim, ressaltou que a energia proveniente da cana “é totalmente competitiva” em termos econômicos, pois sua matéria-prima custa muito menos que o petróleo.

O vice-presidente-executivo da Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogem-SP), Carlos Silvestrin, estimou que a safra de cana-de-açúcar no país neste ano será de aproximadamente 425 milhões de toneladas.

Delcídio comemora mudança em pólos petroquímicos brasileiros

Na opinião de Delcídio Amaral (PT-MS), está sendo delineado um “outro desenho empresarial na área petroquímica brasileira, em função dos movimentos da Petrobras com a Suzano, da Unipar [União de Indústrias Petroquímicas] e da Braskem”. O senador disse que essas mudanças vão contribuir para que a indústria petroquímica se torne mais competitiva.

– Essa operação de reestruturação da estrutura societária dos pólos petroquímicos que teve início há alguns meses vai efetivamente conduzir a uma nova realidade no Brasil – avaliou.

Agora, o pólo do Sul e do Nordeste, explicou Delcídio, ficam com a Braskem, e o pólo do Sudeste, com a Unipar e a Petrobras. A partir da mudança, ressaltou, ocorrerá a verticalização.

Segundo o senador, o próximo passo será investir na produção da nafta – substância em que o Brasil ainda não é auto-suficiente – e de polietileno e polipropileno, que representam as matérias-primas da indústria plástica. Essa seria a segunda geração da produção, posterior à de eteno.



Leopoldo Silva

Reestruturação da estrutura societária vai aumentar a competitividade, diz Delcídio

“Problema” na mensagem presidencial e necessidade de aprofundar debate da crise no setor aéreo levam Heráclito e Expedito a impedir sabatina de indicados para agência de aviação

Pedido de vista adia votação de indicados para diretoria da Anac

Um pedido de vista solicitado pelos senadores Expedito Júnior (PR-RO) e Heráclito Fortes (DEM-PI) adiou para a próxima terça-feira, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a sabatina e a votação das indicações de Solange Paiva Vieira e de Ronaldo Serôa da Mota para os cargos de diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Nem os apelos do presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE); do líder do DEM, José Agripino (RN); do presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO); e de senadores da base do governo – defendendo o preenchimento imediato dos cargos na Anac como forma de tentar evitar o agravamento da crise aérea com a chegada das festas de fim de ano – fizeram com que os pedidos de vista fossem retirados.

Solange deve ocupar a vaga decorrente do afastamento do ex-presidente da agência Milton Zuanazzi, e Ronaldo, o cargo que era de Josef Barat.

Expedito disse ter solicitado o pedido de vista por desejar “aprofundar os debates em torno do problema aéreo”.

– Por que tanta pressa para a aprovação? Será que os dois irão resolver de imediato o problema



J. Freitas

Marconi Perillo preside reunião da CI, entre Solange e Ronaldo, indicados para a Anac

da crise aérea? – indagou Expedito Júnior, acrescentando que não estava questionando as qualidades técnicas dos indicados.

Já Heráclito argumentou haver detectado problemas de redação na mensagem presidencial enviada ao Senado com as indicações.

Para Sérgio Guerra, os indicados preenchem todos os requisitos técnicos e de qualificação profissional para os cargos. Ele enalteceu o trabalho do ministro da Defesa, Nelson Jobim, na tentativa de resolver o problema da aviação civil.

Agripino também elogiou tanto o ministro Jobim quanto os dois indicados. Valdir Raupp (PMDB-RO), Serys Slhessarenko (PT-MT),

Wellington Salgado (PMDB-MG), Augusto Botelho (PT-RR) e Renato Casagrande (PSB-ES) afirmaram que os indicados detêm um bom currículo e estão aptos para assumir os cargos.

Requerimento

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento de Sérgio Guerra solicitando realização de audiência – em conjunto com a Subcomissão da Amazônia, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores (CRE) – para debater o escoamento da produção de toda a região, principalmente do pólo industrial de Manaus. Entre os convidados para o debate está o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

Federalização de trechos de rodovias do Piauí é aprovada

Proposta que inclui a ligação rodoviária entre os municípios paraenses de Redenção e Marabá na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal foi aprovada ontem na Comissão de Infra-Estrutura e segue para votação em Plenário.

De autoria do deputado Zequinha Marinho (PMDB-PA), o projeto (PLC 92/07) recebeu parecer favorável do relator na CI, senador Mário Couto (PSDB-PA). A ligação de que trata o projeto é entre os entroncamentos da BR-158 e da BR-222.

Para Mário Couto, a federalização daquele trecho rodoviário trará benefícios para toda a região, além de melhores condições de tráfego no local. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também enalteceu a aprovação do projeto.

Projeto reduz impostos para transportadores aquaviários

Navios e embarcações de carga que utilizam as hidrovias poderão ser beneficiados com a redução do pagamento de contribuições sociais.

Um passo nessa direção foi dado ontem, quando a Comissão de Infra-Estrutura aprovou parecer favorável de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao PLS 342/07 – de autoria de Papaléo Paes (PSDB-AP) – que prevê a redução de 9,25% para 3,65% sobre o pagamento do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social



Rosevelt Pinheiro

Papaléo quer diminuir PIS/Pasep e Cofins pagos por embarcações

(Cofins).

Na avaliação de Papaléo, “a redução do peso das contribuições sobre o setor trará, de imediato, dois benefícios diretos: incremento da navegação de cabotagem e redução dos custos logísticos da produção”.

O autor da proposta observou também que a diminuição da carga tributária para os transportadores aquaviários irá melhorar a competitividade do agronegócio brasileiro.

O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

Objetivo da autora de proposta aprovada é evitar que apenas estudantes egressos de estabelecimentos particulares conquistem vagas disputadas

Senado promove Semana da Pessoa com Deficiência

A partir da próxima terça-feira, o Senado realiza a III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A programação, que se estenderá até sábado, terá seu início no Plenário, às 14h30, com apresentação do Coral do Senado, regido pelo maestro e pianista João Carlos Martins. Na ocasião, será lançado carimbo comemorativo dos Correios, além da obliteração – ato de carimbar os selos oficialmente – dos selos personalizados “Programa do Senado Federal de Acessibilidade e de Valorização da Pessoa com Deficiência” e “Ser Diferente é Normal”.

Ainda na terça-feira, às 16h, também haverá o lançamento da campanha “Pessoas que fizeram a diferença, pessoas que fazem a diferença, e você, que diferença pode fazer?”, no Salão Negro, seguido de apresentação de piano do maestro João Carlos Martins, que perdeu os movimentos das mãos ao sofrer dois acidentes.

Debates

A jornalista da TV Senado Solange Calmon comandará *talk show* com João Carlos Martins, o ator e produtor de espetáculo circense Marcos Frota, entre outros.

Durante todos os dias do evento será exibida a Mostra Internacional de Filmes sobre Deficiência *Assim Vivemos*. Na quarta-feira, às 10h, audiência pública debaterá o tema “Acessibilidade Urbana”. Na quinta-feira, será exibido, às 16h, no Salão Negro, o vídeo da campanha de doação de ossos do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), seguido de palestra com médicos.

Do dia 11 ao dia 13, será possível conhecer a demonstração do mouse ocular, na Biblioteca do Senado, das 9h às 13h. A Sociedade Pestalozzi de São Paulo fará exposição no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, com divulgação do livro *Celebridades*.

Alunos de rede pública podem ter metade das vagas em escola técnica

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS) a projeto de lei que visa reservar metade das vagas em instituições federais de educação profissional e tecnológica para estudantes provenientes de escolas públicas. A proposta é de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e ainda será examinada pela Comissão de Educação (CE).

Emenda ao projeto (PLS 546/07), apresentada pelo senador Flávio Arns (PT-PR) e também aprovada pelo colegiado, estabelece que as pessoas com deficiência, independentemente de terem cursado a educação básica em escola pública ou particular, terão acesso às escolas técnicas federais.

Na opinião de Ideli, o ensino técnico e profissionalizante é o principal

instrumento de mobilidade social. A autora ressaltou que as vagas em escolas tecnoprofissionalizantes são muito disputadas e, na maioria das vezes, apenas os alunos egressos de estabelecimentos particulares são beneficiados. A medida, garantiu a senadora, vai tornar mais justo o processo seletivo.

Patrícia Saboya (PDT-CE) observou que os alunos de escolas particulares também obtêm maior índice de apro-

vação no vestibular. Para continuar os estudos, salientou a senadora, aqueles que são provenientes de escolas públicas precisam pagar instituição particular ou desistem de estudar.

Ideli Salvatti afirmou ainda que os alunos de instituições técnicas são competentes, o que é comprovado pelo resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujos primeiros lugares pertencem a estudantes dessas instituições.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) disse temer que o acesso direto às instituições de ensino técnico possa reduzir a qualidade das escolas técnicas. Ele sugeriu a criação de critérios para melhorar a qualidade tanto das escolas públicas quanto daquelas de ensino técnico e profissional.



Flávio Arns apresenta emenda à proposta que beneficia pessoas com deficiência

CDH não aprova reserva de vagas para candidatos com deficiência

Projeto que visa reservar às pessoas portadoras de deficiência pelo menos 5% das candidaturas de cada partido ou coligação teve parecer pela rejeição aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O relator, senador Flávio Arns (PT-PR), determinou que a comissão encaminhasse aos partidos políticos cópia do projeto e dos pareceres, como sugestão para que os próprios partidos, se quiserem, adotem medidas nesse sentido. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

A autora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), disse concordar com a decisão de Arns e ressaltou que o principal objetivo da proposta (PLS 303/06) é colocar o assunto da representatividade das pessoas com deficiência em debate na sociedade e no Congresso.

A CDH acolheu sugestão da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para que a Subcomissão de Trabalho Escravo analise todas as matérias que tratam da questão do trabalho escravo no país em tramitação no Senado. Flávio Arns destacou que a autora preocupa-se com a demora na deliberação de projetos para coibir essa prática.

A comissão aprovou também parecer de Ideli Salvatti (PT-SC) pelo envio de denúncia à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) para que tome conhecimento e adote as providências necessárias a respeito das condições de habitação em que vive a comunidade dos remanescentes do Quilombo São Roque, em Praia Grande (SC), bem como em relação ao abandono, por parte do Estado, na resolução dos problemas dessa comunidade.

Acessibilidade urbana será tema de debate com ministros

As condições enfrentadas pelas pessoas com deficiência em seus deslocamentos nas cidades serão discutidas em audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos, conforme requerimento aprovado ontem. O debate integrará as atividades da 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado – 11 a 15 de dezembro. Além dos aspectos da acessibilidade urbana, a audiência deverá tratar do crescimento do número de acidentes de trânsito, principal causa de deficiência no Brasil. Entre os convidados estão os ministros das Cidades, Márcio Fortes, e da Saúde, José Gomes Temporão.

O senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou as iniciativas adotadas pelo Senado para ampliar o acesso de pessoas com deficiência às dependências da Casa e à legislação. Destacou a existência de versão em áudio do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição federal, disponível na Biblioteca do Senado, para pessoas com deficiência visual. Arns afirmou ainda a realização, pela Bandeirantes, de evento neste domingo, quando a emissora manterá por dez horas uma programação voltada às pessoas com deficiência.

Flávio Arns ainda chamou a atenção para norma do Ministério da Educação que determina o fechamento de escolas especiais e transfere para escolas regulares o atendimento a pessoas com deficiência. O senador disse ser a favor de que se abra espaço para inclusão dessa pessoas em escolas regulares, mas observou que isso não deve impedir a continuidade do trabalho das escolas especiais.

Aprovada criação da Subcomissão dos Direitos da Mulher

Foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos a criação da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, proposta por Ideli Salvatti (PT-SC). A subcomissão irá abordar questões referentes à defesa dos direitos das mulheres, ao combate à violência doméstica e à consolidação de marcos regulatórios, entre outras.

Para permitir a criação do colegiado, a CDH decidiu extinguir a Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão.

Projeto amplia divulgação dos direitos humanos

Informações referentes aos direitos fundamentais e aos direitos humanos deverão ser divulgadas por meio de contracheques dos servidores públicos, de propagandas feitas pelo governo e de programas das emissoras públicas de rádio e TV, conforme determina projeto aprovado ontem em decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos. Proposta pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), a matéria recebeu voto favorável da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Envio de proposta contra homofobia à CAS gera protestos

A proposta de envio do projeto que torna crime a discriminação contra homossexuais à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) gerou manifestações de repúdio na reunião de ontem da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Está na Mesa do Senado requerimento de Gim Argello (PTB-DF) pedindo que o PLC 122/06 seja analisado pela CAS. Para a relatora da proposição na CDH, Fátima Cleide (PT-RO), a atitude é uma tentativa de protelar o exame da matéria.